

Caderno de questões Objetivas e Discursivas
Analista de Controle Interno
Finanças Públicas

1

Instruções:

- Você receberá do fiscal o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das **questões objetivas** formuladas na prova;
 - b) um caderno destinado às respostas das **questões discursivas**;
 - c) este caderno com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha e, no final, o enunciado das 2 (duas) questões discursivas com os respectivos espaços para rascunho.
- Verifique se seu **nome, número de inscrição** e o **número da prova** são os que aparecem na folha de respostas objetivas e no caderno de respostas das questões discursivas; **caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.**
- Ao receber a folha de respostas objetivas e o caderno de respostas das questões discursivas, é obrigação do candidato:
 - a) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
 - b) conferir seu nome e número de inscrição;
 - c) assinar, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente azul ou preta, a folha de respostas das questões objetivas;
 - d) realizar a impressão digital, a ser feita pelo fiscal da sala.
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- As questões discursivas deverão ser respondidas com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- Não será permitida a troca da folha de respostas das questões objetivas e do caderno de respostas das questões discursivas.
- O tempo disponível para esta prova será de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos.
- Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar a folha de respostas objetivas.
- O candidato só poderá levar consigo este caderno quando faltarem 60 (sessenta) minutos para o término da prova.
- Quando terminar, entregue a folha de respostas das questões objetivas e o caderno de respostas das questões discursivas ao fiscal.
- O rascunho no caderno de questões **não** será levado em consideração.

LÍNGUA PORTUGUESA

Sob a velocidade do capital

Já se foi o tempo em que valia o ditado “a pressa é inimiga da perfeição”. No mundo de hoje, nos transportes, na comunicação, no trabalho, e até no lazer, alta velocidade é uma exigência generalizada. Apesar disso, essa velocidade
5 que rege o mundo atual não é única e nem a percepção das pessoas é singular. Vivemos em tempos múltiplos e em diferentes velocidades.

Para quem nasceu há 80 ou 50 anos atrás, e viveu um tempo definido de algum modo pela velocidade impressa nas
10 possibilidades de comunicação e transportes dos anos 20 e 50 do século passado, não é de estranhar a sensação de velocidade e aceleração vivida nos dias de hoje, explica o sociólogo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) Osvaldo López-Ruiz.

15 Apesar de ser generalizada a idéia de que o mundo está girando mais depressa, e a sensação de falta de tempo, de que o tempo voa, de que perdemos muito tempo e de que nunca temos tempo suficiente para fazer tudo que desejamos ou que é preciso, a velocidade do mundo hoje não é única.
20 Esta é uma idéia presente na análise de vários pesquisadores do assunto.

Em sua pesquisa com pessoas de diferentes níveis hierárquicos nas organizações, Maria José Tonelli conseguiu enxergar dois grupos: no primeiro estão aqueles que
25 acessam, dominam e dispõem das novas tecnologias – são os executivos, velozes, ultra-rápidos; no segundo, aqueles que ficam alijados desse novo modelo – a faxineira e a copeira de sua amostra. Mas a divisão vai além. Maura Vêras, socióloga e reitora da PUC-SP, num estudo sobre a cidade de São Paulo,
30 deparou-se com assincronias urbanas: de um lado, a cidade da elite, em que o tempo é o do deslocamento rápido, seguro e protegido, cujo símbolo é o helicóptero; de outro, a cidade da pobreza, cujo tempo é lento, marcado pelo deslocamento pendular entre “a habitação e o trabalho”. O tempo da pobreza
35 é o do transporte coletivo, do congestionamento e dos riscos. O perverso é que na metrópole paulistana, mesmo correndo pelas escadas rolantes das estações de metrô, a massa de trabalhadores leva horas para se deslocar entre a casa e o trabalho.

40 O tempo gerido pela velocidade de reprodução do capital e da desigualdade tem outras crueldades. Na avaliação do psiquiatra Paulucci, seus pacientes de classe social mais elevada estão mais sujeitos aos problemas de angústia e estresse relacionados à sobrecarga, à correria e à cobrança
45 excessivas. Entre os seus pacientes de classe social mais baixa há, segundo ele, predominância de transtornos mentais típicos, aqueles popularmente associados à loucura. A tensão cotidiana com que convivem gira em torno de aflições muito concretas: como pagar o aluguel, se terá alimento para os
50 filhos, se o barraco não vai cair, como será o amanhã. “Cada dia é uma luta, porque não têm perspectiva nenhuma. Quem está nesse quadro social vive numa tensão intensa”, completa. Num ritmo de vida mais lento, as pessoas desses estratos sociais também são vítimas, pela exclusão, da alta velocidade
55 ditada pelo capitalismo.

(Texto adaptado de **JUSTO**, C. In: *Com ciência. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico – SBPC* <http://www.comciencia.br/comciencia>)

1

Assinale a alternativa que **não** está de acordo com a argumentação que sustenta a tese proposta no texto.

- (A) A velocidade que rege o mundo atual tem impacto diferenciado na vida das pessoas.
- (B) Toda a sociedade sofre as consequências da velocidade que rege o mundo atual na mesma proporção.
- (C) Nas cidades, pobres e ricos experimentam a problemática do tempo no mundo atual de forma distinta.
- (D) As patologias associadas à problemática da velocidade também se diferenciam a depender da classe social.
- (E) A pressa, presente em todas as classes sociais, constitui uma exigência generalizada dos tempos modernos.

2

Assinale a alternativa que contém o campo semântico mais produtivo na construção da temática do texto, acompanhado de vocábulos que o representam.

- (A) Tempo, construído por vocábulos como *pressa, velocidade, assincronias*.
- (B) Tempo, construído por vocábulos como *capital, rápido, velocidade*.
- (C) Velocidade, construído por vocábulos como *helicóptero, aceleração, velocidade*.
- (D) Modernidade, construído por vocábulos como *metrópole, congestionamento, escadas*.
- (E) Modernidade, construído por vocábulos como *sobrecarga, correria, comunicação*.

3

Considerando a proposta do texto, é correto afirmar que o *capitalismo* e a *velocidade que rege o mundo atual* mantêm uma relação de:

- (A) causa e consequência.
- (B) exemplificação e fato.
- (C) proporcionalidade e tempo.
- (D) tese e argumentação.
- (E) proposta e adversidade.

4

Assinale a alternativa que apresente uma conclusão perfeitamente adequada às ideias desenvolvidas no último parágrafo do texto.

- (A) No conjunto das causas do capitalismo contemporâneo, encontram-se a divisão das classes sociais e o avanço indiscriminado de doenças psiquiátricas, como o estresse por sobrecarga de trabalho.
- (B) Na sociedade do capital, as classes mais ricas, que usufruem do conforto de atendimento médico especializado, não apresentam transtornos associados à loucura, típicos dos pobres.
- (C) Com o avanço do capitalismo, deu-se o empobrecimento da classe trabalhadora, que não ficou imune à sobrecarga de trabalho, mas ficou excluída dos benefícios de atendimento médico especializado.
- (D) Na ordem do tempo capitalista, pode-se dizer que os problemas de natureza psiquiátrica são distribuídos por toda a sociedade, embora afetem diversamente os diferentes estratos.
- (E) Entre os transtornos de ordem psicológica, não há distinções paralelas às observadas na estratificação social, que é, esta sim, a responsável pela origem das assincronias urbanas.

5

Com relação à organização do texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. No processo de argumentação, o autor valeu-se de estratégias de persuasão por meio de fatos objetivos.
- II. A tese apresentada no primeiro parágrafo é ilustrada por meio da narrativa desenvolvida no segundo.
- III. Quanto à tipificação do discurso, observa-se que a construção das estruturas frasais privilegia a função estética da palavra.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

6

A respeito das escolhas sintáticas, lexicais e discursivas dos parágrafos 4 e 5, é correto afirmar que:

- (A) o uso das aspas em “a habitação e o trabalho” (L. 34) cumpre o propósito de assinalar uma citação.
- (B) o emprego da expressão *outras crueldades* (L. 41) representa a voz da autora, embora o texto tenha sido escrito em terceira pessoa.
- (C) os pronomes empregados nas expressões em *sua pesquisa* (L. 22) e *seus pacientes* (L. 42 e 45) têm função coesiva, já que ambos apresentam o mesmo referente textual.
- (D) as ocorrências da palavra *se* em *leva horas para se deslocar* (L. 38) e *se o barraco não vai cair* (L. 50) identificam, respectivamente, a voz passiva do verbo *deslocar* e a condição expressa na oração adverbial.
- (E) a frase *estão mais sujeitos aos problemas* (L. 43), embora atenda ao padrão culto escrito, ficaria mais adequada ao paralelismo sintático se fosse reescrita desta forma: *estão mais sujeitos à problemas*.

7

Maura Véras, socióloga e reitora da PUC-SP, num estudo sobre a cidade de São Paulo, deparou-se com assincronias urbanas: de um lado, a cidade da elite, em que o tempo é o do deslocamento rápido, seguro e protegido, cujo símbolo é o helicóptero; (...) (L. 28-32)

A respeito do uso do vocábulo *cujo* no fragmento acima, é correto afirmar que:

- (A) o vocábulo *cujo*, um pronome demonstrativo, refere-se à situação externa ao texto.
- (B) o vocábulo *cujo*, um pronome relativo, refere-se, no texto, a *tempo do deslocamento*.
- (C) o vocábulo *cujo*, um pronome relativo, refere-se, no texto, a *cidade da elite*.
- (D) o vocábulo *cujo*, uma conjunção integrante, refere-se, no texto, a *cidade da elite*.
- (E) o vocábulo *cujo*, uma conjunção integrante, não apresenta seu referente no fragmento destacado.

8

O perverso é que na metrópole paulistana, mesmo correndo pelas escadas rolantes das estações de metrô, a massa de trabalhadores leva horas para se deslocar entre a casa e o trabalho. (L. 36-39)

Assinale a alternativa que, mantendo o padrão culto escrito e preservando o sentido original, apresente outra possibilidade de redação para o fragmento destacado acima.

- (A) *embora corram pelas escadas rolantes das estações do metrô.*
- (B) *se bem que corre pelas escadas rolantes das estações do metrô.*
- (C) *sobretudo correndo pelas escadas rolantes das estações do metrô.*
- (D) *ainda que correndo pelas escadas rolantes das estações do metrô.*
- (E) *visto que correndo pelas escadas rolantes das estações do metrô.*

9

O memorando é um tipo de correspondência oficial que se caracteriza, entre outros aspectos, por destinar-se a um receptor:

- (A) externo à instituição e relatar problemas em geral.
- (B) interno à instituição e ser um documento jurídico.
- (C) interno à instituição e ter assunto específico.
- (D) externo à instituição e ter caráter regimental.
- (E) interno à instituição e veicular solicitações oficiais.

10

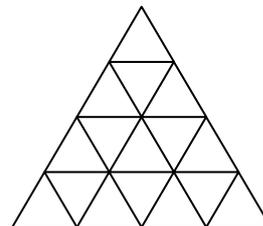
A respeito das correspondências oficiais, assinale a alternativa que apresente o componente estrutural que constitui elemento fundamental à eficiente documentação das ações administrativas.

- (A) Saudação inicial em linguagem formal.
- (B) Número de linhas delimitado.
- (C) Utilização de vocabulário técnico.
- (D) Construção em frases nominais.
- (E) Apresentação da data.

RACIOCÍNIO LOGICO

11

Observe a figura:



O número de triângulos equiláteros que existem na figura acima é:

- (A) 16.
- (B) 22.
- (C) 23.
- (D) 26.
- (E) 27.

12

16 funcionários de uma empresa, entre eles Pedro e Paula, que são casados, vão ser divididos por sorteio em quatro grupos de quatro pessoas e, cada grupo vai analisar um aspecto da gestão da empresa.

A probabilidade de que Pedro e Paula caiam no mesmo grupo é de:

- (A) 5%.
- (B) 10%.
- (C) 15%.
- (D) 20%.
- (E) 25%.

13

Em um polígono convexo, um dos ângulos internos mede 140° e, cada um dos outros é maior que 165°. O menor número de lados que esse polígono pode ter é:

- (A) 22
- (B) 23
- (C) 24
- (D) 25
- (E) 26

14

João, que mora em São Paulo, pode ir de casa ao trabalho (de manhã) e voltar do trabalho para casa (a tarde) de ônibus ou de metrô, mas, quando toma o metrô de manhã, sempre regressa de ônibus. Durante alguns dias de trabalho, ele verificou que:

- tomou o ônibus de manhã 8 vezes;
- regressou de ônibus 15 vezes;
- viajou de metrô (na ida ou na volta) 9 vezes.

O número de vezes que João usou o metrô para voltar do trabalho nesse período foi:

- (A) uma vez.
- (B) 2 vezes.
- (C) 3 vezes.
- (D) 4 vezes.
- (E) 5 vezes.

15

Se $\cos x = -\frac{1}{2}$, então $\cos 6x$ é igual a:

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) $\frac{1}{2}$.
- (D) $\frac{\sqrt{3}}{2}$.
- (E) -1.

16

Considere a matriz $A = \begin{pmatrix} 1 & -1 \\ 0 & -1 \end{pmatrix}$ e seja n um número natural maior que 1. Na matriz A^{2n} , o elemento que ocupa a 1ª linha e 2ª coluna é:

- (A) -1.
- (B) 0.
- (C) 1.
- (D) n .
- (E) $2n$.

17

A expressão $\frac{(a+b+c)^2 - (a^2+b^2+c^2)}{2}$ é igual a:

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) abc .
- (D) $ab+bc+ac$.
- (E) $a^2b+b^2c+c^2a$.

18

Em uma rua, há apenas 4 casas: uma amarela, uma verde, uma branca e uma azul. Cada uma delas tem um número diferente, todos com apenas 1 algarismo. Um lado da rua é destinado somente para casas cujos números são pares. De maneira análoga, o outro lado destina-se tão somente às casas com números ímpares.

Sabe-se que:

- as casas branca e verde ficam de lados opostos da rua;
- o nº da casa amarela é o produto dos números das casas branca e verde;
- o nº da casa azul corresponde à soma dos números das casas branca e verde;
- o número da casa amarela é uma unidade maior do que o número da casa azul.

É correto afirmar que o número da casa:

- (A) verde é 1.
- (B) branca é 2.
- (C) verde é 2.
- (D) azul é 5.
- (E) amarela é 5.

19

O sistema $\begin{cases} x + y - 3z = 0 \\ x - y + z = 2 \end{cases}$ tem infinitas soluções. Se $0 < z < 1$,

é correto afirmar que:

- (A) $-1 < x < 1$
- (B) $0 < x < 1$
- (C) $1 < x < 2$
- (D) $-1 < y < 0$
- (E) $1 < y < 2$

20

Sejam **p**, **q** e **r** proposições simples cujos valores lógicos (verdadeiro ou falso) são, a princípio, desconhecidos. No diagrama abaixo, cada célula numerada deve conter os resultados lógicos das proposições compostas formadas pelo conectivo condicional (\Rightarrow), em que as proposições nas linhas são os antecedentes e nas colunas, os consequentes. Os resultados das células 3, 4 e 7 já foram fornecidos.

	p	q	r
p	1	2	V
q	F	5	6
r	V	8	9

Com relação à tabela, é correto afirmar que o valor lógico da célula:

- (A) 1 é falso.
- (B) 2 é falso.
- (C) 5 é falso.
- (D) 6 é verdadeiro.
- (E) 8 é verdadeiro.

DIREITO CONSTITUCIONAL**21**

A respeito do catálogo de direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- II. É plena a liberdade de associação para fins lícitos e vedada a de caráter militar.
- III. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, podendo ser exigida autorização prévia do poder público, caso as manifestações expressivas atentem contra a ordem pública e os bons costumes.
- IV. É inviolável a liberdade de consciência e de crença. Contudo, ninguém poderá se eximir de obrigação legal a todos imposta, invocando impedimento decorrente de crença religiosa ou de convicção política.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II, III, e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

22

A respeito do estatuto constitucional da criação e funcionamento de sindicatos de categorias profissionais, assinale a alternativa correta.

- (A) Lei complementar estabelecerá hipóteses e procedimentos com vistas à obtenção de autorização estatal para a fundação de sindicatos profissionais.
- (B) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos coletivos da categoria, sendo-lhe vedada a representação judicial de interesses individuais.
- (C) A Constituição consagrou o princípio da unicidade sindical, segundo o qual é vedada a criação de mais de uma organização sindical representativa de categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.
- (D) Os aposentados filiados têm direito de voto, mas não podem ser votados para a diretoria do respectivo sindicato profissional.
- (E) É vedada a sindicalização de servidores públicos.

23

Assinale a alternativa que **não** se insere na competência do Tribunal de Contas da União.

- (A) Apreciação das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- (B) Julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- (C) Apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- (D) Julgamento das ações de improbidade administrativa ajuizadas contra seus próprios Ministros e servidores.
- (E) Fiscalização das contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

24

A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Os Estados membros da federação brasileira organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios consagrados na Constituição Federal.
- (B) Os Municípios regem-se por suas leis orgânicas, que devem ser votadas em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovadas por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (C) A União Federal detém competência privativa para legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico espacial e do trabalho.
- (D) Os governadores dos Estados membros podem editar medidas provisórias, desde que haja previsão na respectiva Constituição estadual e sejam observados os princípios e limitações impostos pelo modelo adotado na Constituição Federal.
- (E) A União Federal só poderá intervir nos Estados membros para repelir invasão estrangeira ou para conter a ação de grupos terroristas. O decreto de intervenção deve ser submetido à apreciação do Senado Federal, considerando-se aprovado se obtiver voto da maioria absoluta de seus membros, em dois turnos de votação.

25

A respeito das normas constitucionais que regem a ordem econômica brasileira, analise as afirmativas a seguir:

- I. A exploração direta da atividade econômica é atribuída pela Constituição à iniciativa privada e às empresas estatais, indistintamente.
- II. As empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica em sentido estrito estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, não podendo gozar de privilégios fiscais não extensivos às mesmas.
- III. Aos empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica em sentido estrito aplica-se o regime de trabalho celetista, sendo dispensável a realização de concurso público para contratação de pessoal.
- IV. O estatuto jurídico de empresas públicas e de sociedades de economia mista que explorem atividade econômica será instituído por lei, que deve dispor inclusive sobre a constituição e funcionamento dos conselhos administrativo e fiscal dessas empresas.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO**26**

A Lei Estadual 11.781/00, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, dispõe que, no que se refere ao desatendimento da intimação para ciência da decisão ou efetivação de diligência pelo interessado:

- (A) não importa o reconhecimento da verdade dos fatos alegados pela Administração, nem a renúncia a direito pelo administrado.
- (B) importa o reconhecimento da verdade dos fatos alegados pela Administração, nos casos em que o processo contiver as provas que a lei considere indispensáveis.
- (C) importa o reconhecimento da verdade dos fatos pela Administração, mas não impede, entretanto, que o administrado intervenha no processo nas demais fases.
- (D) não importa o reconhecimento da verdade dos fatos alegados pela Administração, salvo se houver no processo pluralidade de administrados.
- (E) importa o reconhecimento da verdade dos fatos alegados pela Administração, salvo se o processo versar sobre direitos indisponíveis.

27

De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco – Lei Estadual 6.123/68, poderá ser promovido por merecimento o funcionário que:

- (A) estiver em exercício de mandato efetivo federal, estadual ou municipal.
- (B) esteja licenciado na época da promoção, ou tenha estado nos dois semestres anteriores, para tratar de interesse particular.
- (C) obtiver, como grau de merecimento, somente a metade do máximo atribuível.
- (D) esteja na época da promoção à disposição de qualquer entidade, ainda que não tenha exercido cargo de chefia na administração direta ou indireta do Estado.
- (E) estiver licenciado na época da promoção, ou tenha estado nos dois semestres anteriores, para acompanhar o cônjuge, funcionário civil ou militar, mandado servir em outro ponto do território nacional ou estrangeiro.

28

Constituem, respectivamente, tipos de licitação nas modalidades concorrência / pregão:

- (A) melhor técnica / maior preço.
- (B) técnica e preço / menor preço.
- (C) menor lance / melhor preço.
- (D) menor preço / melhor técnica.
- (E) menor oferta / menor lance.

29

Um consórcio público com 5 participantes poderá adotar a modalidade convite para contratar serviços que não sejam de engenharia até o limite de:

- (A) R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- (B) R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
- (C) R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).
- (D) R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).
- (E) R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

30

A respeito do tema Dispensa / Inexigibilidade de Licitação, analise as afirmativas a seguir.

- I. É dispensável a licitação na contratação de remanescente de obra, em consequência de rescisão contratual, desde que respeitadas as mesmas condições previstas no edital da licitação anterior e o valor cotado pelo licitante a ser contratado.
- II. É inexigível a licitação para alienação de bens da Administração Pública nos casos de dano em pagamento e investidura.
- III. É dispensada a licitação para o fornecimento de bens e serviços, produzidos em outro país, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer da comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

DIREITO PENAL**31**

Em relação ao crime de peculato, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Código Penal, além do chamado peculato-próprio (art. 312, *caput*), que se divide em peculato-apropriação (1ª parte do *caput*) e peculato-desvio (2ª parte do *caput*), prevê outras modalidades de peculato de que são exemplos o peculato-furto (§ 1º, do art. 312), também chamado de peculato impróprio, o peculato-culposo (§ 2º, do art. 312) e o peculato-concussão (§3º, do art. 312)
- II. No caso do crime de peculato-culposo (§ 2º, do art. 312), a reparação do dano, se realizada antes do oferecimento da denúncia, extingue a punibilidade.
- III. No caso do crime de peculato-apropriação (art. 312, *caput*, 1ª parte), o crime se consuma quando o agente obtém vantagem (por exemplo, com a alienação do produto), não bastando a simples inversão do título da posse ou o comportamento do agente como dono do bem.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

32

Assinale a alternativa que apresente crime contra a administração pública e que prevê a punição da modalidade culposa.

- (A) Peculato (art. 312, Código Penal).
- (B) Resistência (art. 329, Código Penal).
- (C) Advocacia administrativa (art. 321, Código Penal).
- (D) Prevaricação (art. 319 e 319-A, Código Penal).
- (E) Emprego irregular de verbas públicas (art. 315, Código Penal).

33

José Antônio Valenciano é Analista de Controle Interno da Secretaria de Estado de Administração e recebe de seu compadre Caio Rolando da Rocha o pedido de que José modifique o sistema de informações daquela secretaria, única e exclusivamente com a finalidade de trocar o nome ali constante para “Caio Armando da Rocha”, uma vez que tem sido motivo de chacota perante os colegas. José Antônio Valenciano primeiro certifica-se de que a modificação não resultará dano para a Administração Pública nem para o administrado e, então sem autorização ou da autoridade competente, faz a modificação solicitada.

Assinale a alternativa que apresente corretamente a característica da conduta de José do ponto de vista do Direito Penal.

- (A) José praticou o crime de alteração não autorizada.
- (B) José praticou o crime de concussão.
- (C) José praticou o crime de corrupção passiva.
- (D) José praticou o crime de concussão.
- (E) José não praticou crime algum.

34

A respeito do crime de sonegação de contribuição previdenciária, previsto no art. 337-A do Código Penal, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Uma das modalidades de sonegação é a omissão, total ou parcial, de receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias.
- (B) Constitui sonegação de contribuição previdenciária o agente deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços.
- (C) É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que o valor das contribuições devidas, inclusive acessórias, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.
- (D) É extinta a punibilidade se o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórias, ainda que após o recebimento da denúncia.
- (E) É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação criminal.

35

Assinale a alternativa que apresente conduta que **não** configure crime contra a administração pública praticado por funcionário público.

- (A) Entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso.
- (B) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- (C) Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho.
- (D) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (E) Usurpar o exercício de função pública.

DIREITO FINANCEIRO**36**

A respeito da renúncia de receita pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá observar pelo menos uma das seguintes condições: (a) estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes; (b) demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita e de que não afetará as metas de resultados fiscais; (c) estar acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- II. As regras relativas à renúncia de receita não se aplicam ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- III. A renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, mas não compreende alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo, mesmo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

37

Com relação à despesa pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- II. Não é considerada aumento de despesa a prorrogação da despesa criada de acordo com as regras da LC 101/2000, ainda que por prazo determinado.
- III. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa serão acompanhados, entre outras exigências, pela estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

38

A respeito da disciplina constitucional da elaboração do orçamento público, assinale a alternativa correta.

- (A) O plano plurianual, instituído por decreto do Presidente da República, estabelecerá, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (B) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo. O Poder Judiciário goza de autonomia financeira, cabendo ao Conselho Nacional de Justiça aprovar o orçamento deste Poder, que será integrado dos recursos provenientes do recolhimento de custas judiciais.
- (C) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- (D) O Presidente da República poderá utilizar até 20% dos recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos. A medida deverá ser submetida à aprovação do Congresso Nacional até o final do exercício financeiro respectivo.
- (E) É vedado o início de programas e projetos não incluídos na lei orçamentária anual, ressalvados aqueles que tenham sido previstos na lei de diretrizes orçamentárias com cláusula expressa de autoexecutoriedade.

39

Em relação à receita pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- II. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe os requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal.
- III. O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, com as respectivas memórias de cálculo.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

40

A respeito das características gerais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), analise as afirmativas a seguir:

- I. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios (incluindo o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Ministério Público) e as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes – excetuando-se, no âmbito do Poder Legislativo, quando houver, o Tribunal de Contas dos Municípios ou o Tribunal de Contas do Município – estão sujeitos às regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- II. Para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, entende-se como ente da Federação a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município; como empresa controlada, a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação; e como empresa estatal dependente, empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- III. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA**41**

Com relação aos princípios fundamentais de contabilidade é correto afirmar que:

- (A) a aplicação do Princípio da Atualização Monetária é facultativa quando a inflação acumulada no triênio for de 100% ou mais.
- (B) a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes.
- (C) o Princípio da oportunidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integração do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito antes do ocorrido e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.
- (D) o reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao exercício anterior.
- (E) o Princípio da prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte maior patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

42

De acordo com a legislação societária, no Passivo as contas serão classificadas no:

- (A) passivo circulante, passivo não-circulante, resultados de exercícios futuros e patrimônio líquido.
- (B) passivo não-circulante, resultados de exercícios futuros e patrimônio líquido.
- (C) passivo circulante, passivo exigível e patrimônio líquido.
- (D) passivo circulante, passivo não-circulante, patrimônio líquido e passivo exigível a longo prazo.
- (E) passivo circulante, passivo não-circulante e patrimônio líquido.

43

De acordo com a Resolução 774/94 do CFC, o Princípio da Oportunidade exige:

- (A) a apreensão, o registro e o relato de todas as variações sofridas pelo patrimônio de uma Entidade, no momento em que elas ocorrerem.
- (B) a tempestividade, o registro e o relato de todas as variações sofridas pelo patrimônio de uma Entidade, no momento em que elas forem geradas.
- (C) a compreensão, o registro e o de todas as variações sofridas pelo patrimônio de uma Entidade, no momento em que elas forem geradas.
- (D) a fidedignidade, o registro e o relato de todas as variações sofridas pelo patrimônio de uma Entidade, no momento em que elas forem geradas.
- (E) a tempestividade, a evidência e o relato de todas as variações sofridas pelo patrimônio de uma Entidade, no momento em que elas ocorrerem.

44

No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os critérios apresentados a seguir.

- I. As obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive Imposto sobre a Renda a pagar com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço.
- II. As obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço.
- III. As obrigações sujeitas à correção monetária serão atualizadas até a data do balanço.
- IV. As obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.
- V. As obrigações, encargos e riscos classificados no passivo não-circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Assinale:

- (A) se somente os critérios I e III estiverem corretos.
- (B) se somente os critérios III e V estiverem corretos.
- (C) se somente os critérios I, II e V estiverem corretos.
- (D) se somente os critérios II, III e V estiverem corretos.
- (E) se somente os critérios I, II, III e IV estiverem corretos.

45

Conforme preceitua a legislação societária em vigor, analise as afirmativas a seguir.

- I. A demonstração do resultado do exercício discriminará a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos.
- II. A demonstração do resultado do exercício discriminará a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto.
- III. A demonstração do resultado do exercício discriminará as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais.
- IV. A demonstração do resultado do exercício discriminará o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.

Com base nos dados extraídos da contabilidade da Cia WIF responda as questões 46 e 47.

Bancos	\$500.000
ICMS a Recolher	\$310.000
Estoques	\$275.000
Títulos a Pagar	\$160.000
Empréstimos a Receber a Longo Prazo	\$44.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial (saldo credor)	\$30.000
Imóveis	\$400.000
Ações de Controladas (caráter permanente)	\$196.000
Capital Social	\$1.000.000
Prejuízos Acumulados	\$85.000

46

A Liquidez Corrente e Liquidez Geral, respectivamente, foram de:

- (A) 1,61 e 4,56. (B) 2,50 e 1,74.
- (C) 0,88 e 1,74. (D) 1,92 e 4,56.
- (E) 0,63 e 4,84.

47

A Garantia de Capital de Terceiros foi de:

- (A) 6,25. (B) 3,04.
- (C) 2,02. (D) 1,50.
- (E) 2,30.

48

Assinale a alternativa que mostre como se calcula a taxa de rendimentos do capital próprio.

- (A) LL / AT.
- (B) PL / AT.
- (C) AT / PL.
- (D) PL / LL.
- (E) LL / PL.

49

Segundo a Lei 4320/64, a Contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada a conta dos mesmos créditos e as dotações disponíveis.

Sob a ótica das especializações da contabilidade pública esta função será atribuída à:

- (A) Contabilidade Patrimonial.
- (B) Contabilidade Financeira.
- (C) Contabilidade Orçamentária.
- (D) Contabilidade Gerencial.
- (E) Contabilidade de Custos.

50

Um órgão público comprou materiais e não empenhou a despesa na época própria, vindo a empenhá-la e contabilizá-la como despesa no exercício seguinte. Tal fato constitui uma ilegalidade grave, sujeitando os seus infratores às penalidades previstas na lei.

À luz dos princípios da Contabilidade tal fato fere o princípio da:

- (A) legalidade. (B) materialidade.
- (C) continuidade. (D) competência.
- (E) moralidade.

51

Considere os fatos registrados no mês de janeiro:

- Créditos orçamentários aprovados na lei orçamentária100.000.
- Despesas empenhadas75.000.
- Despesas liquidadas70.000.
- Empenho cancelado7.000.
- Despesas pagas47.000.
- Crédito suplementar aberto15.000.

No balancete de verificação elaborado ao final do mês, a conta usada para registrar os créditos orçamentários e suplementares apresentará saldo de:

- (A) 47.000.
- (B) 40.000.
- (C) 45.000.
- (D) 52.000.
- (E) 75.000.

52

Considere os seguintes fatos contábeis:

	VALORES
Receita prevista no orçamento	100.000
Arrecadação de receita de impostos	41.000
Despesa fixada no orçamento	100.000
Empenho de despesa para pagamento de pessoal	42.000
Arrecadação de receita de alugueis	12.000
Liquidação da despesa empenhada para pessoal	42.000
Empenho de despesa para prestação de serviço	22.000
Arrecadação de receita de convênios	19.000
Empenho de despesa para obra de construção de creche pública	23.000
Pagamento da despesa liquidada para pagamento de pessoal	37.000
Arrecadação da receita do FPE	35.000
Liquidação de parte da despesa para prestação de serviço	20.000
Liquidação da despesa com a construção da creche	23.000
Pagamento da despesa com a prestação de serviço	20.000
Cancelamento da diferença entre o valor empenhado e o liquidado da despesa com a prestação de serviço	2.000

Depois de efetuada a escrituração dos fatos e elaborado o balanço orçamentário, segundo o padrão da lei 4320/64, o resultado da execução orçamentária será um superávit de:

- (A) 20.000. (B) 15.000.
- (C) 24.000. (D) 18.000.
- (E) 22.000.

53

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório da Gestão Fiscal conterà o comparativo com os seguintes montantes, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas.
- (B) Dívidas consolidada e mobiliária.
- (C) Concessão de garantias.
- (D) Execução da receita e despesa orçamentária.
- (E) Operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.

54

Considere os fatos a seguir:

	R\$
Receitas de impostos arrecadadas	82.000
Aquisição e incorporação de bens permanentes	22.000
Bens incorporados proveniente de doações	17.000
Despesas com prestação de serviços realizados	28.000
Recebimento da receita da dívida ativa	25.000
Baixa de bens danificados	16.000
Despesas com pessoal realizada	35.000
Dívida fundada amortizada	27.000
Juros da dívida realizados	3.000
Aquisição de Material de Consumo, Armazenado em Almoarifado	29.000

Com base nessas informações, o resultado patrimonial do exercício que será incorporado ao patrimônio líquido é:

- (A) déficit de 5.000. (B) superávit de 17.000.
 (C) superávit de 20.000. (D) superávit de 39.000.
 (E) déficit de 12.000

55

Considere as seguintes receitas:

	R\$
Aplicações financeiras	10.000
Concessões e permissões de uso	12.000
Aluguel de imóveis	16.000
Amortização de empréstimos	15.000
Alienação de bens	13.000
Cota parte de royalties	19.000
Recebimento da dívida ativa	17.000
ICMS	34.000
IPVA	32.000
Operações de crédito	16.000
Fundo de participação dos estados (FPE)	3.000

Com base nos dados acima o valor que **não** fará parte do cálculo da receita corrente líquida é:

- (A) 32.000.
 (B) 34.000.
 (C) 44.000.
 (D) 25.000.
 (E) 27.000.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL**56**

O conjunto de procedimentos de auditoria aplicados com o objetivo avaliar o desempenho e a eficácia/efetividade das operações, dos sistemas de informação e dos métodos de administração, é denominado:

- (A) auditoria especial.
 (B) auditoria contábil.
 (C) auditoria externa.
 (D) auditoria operacional.
 (E) auditoria estratégica operacional.

57

A auditoria que atua diretamente sobre a administração da coisa pública e no acompanhamento das ações e dos programas orçamentários empreendidos pelos órgãos e entidades, é conhecida como:

- (A) auditoria de gestão.
 (B) auditoria governamental.
 (C) auditoria operacional.
 (D) auditoria de metas.
 (E) auditoria interna de gestão.

58

O planejamento deve considerar todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) O conhecimento detalhado das práticas contábeis adotadas pela entidade e as alterações procedidas em relação ao exercício anterior.
 (B) O conhecimento detalhado do sistema contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade.
 (C) Os riscos de auditoria e identificação das áreas importantes da entidade, quer pelo volume de transações, quer pela complexidade de suas atividades.
 (D) A natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados.
 (E) A inexistência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas.

59

O conhecimento do sistema contábil e de controles internos é fundamental para o Planejamento da Auditoria e necessário para determinar a natureza, a extensão e a oportunidade dos procedimentos de auditoria.

Com relação aos deveres do auditor, analise as afirmativas a seguir:

- I. o auditor deve ter conhecimento do sistema de contabilidade adotado pela entidade e de sua integração com os sistemas de controles internos.
- II. o auditor deve avaliar o grau de confiabilidade das informações geradas pelo sistema contábil, sua tempestividade e sua utilização pela administração;
- III. o auditor deve avaliar o grau de confiabilidade dos controles internos adotados pela entidade, mediante a aplicação de provas de procedimentos de controle, dentro da abrangência definida na NBC T 11.9;
- IV. o auditor deve avaliar o grau e a situação econômica da entidade, bem como todos os seus fatores de riscos.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
 (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
 (C) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
 (D) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
 (E) se somente a afirmativa IV estiverem correta.

60

Ao determinar a extensão de um teste ou ao selecionar os itens a serem testados, o auditor:

- (A) pode empregar técnicas de amostragem estatística, levando sempre em consideração o risco de auditoria.
- (B) não deve empregar técnicas de amostragem estatística, já que isso aumentaria o risco de auditoria.
- (C) deve examinar 100% de seu universo, levando sempre em consideração o risco de auditoria
- (D) não pode empregar técnicas de entrevista estatística.
- (E) deve utilizar sua experiência, bem como testar 100% de seu universo.

61

Assinale a alternativa que apresenta a definição de Erro Amostral.

- (A) É a diferença entre o valor máximo e mínimo, considerando ainda a tendência de erro.
- (B) É a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar.
- (C) É a diferença entre o valor que a estatística não pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar.
- (D) É a soma do desvio-padrão e do erro-padrão da média.
- (E) É a soma do intervalo de confiança e do desvio-padrão.

62

Um objetivo comum no exame de qualquer tipo de ativo é a verificação de que os valores representados são exatos.

Esse objetivo está diretamente ligado à:

- (A) determinação qualitativa do bem.
- (B) determinação dos riscos relacionados a esse bem.
- (C) determinação do objeto de auditoria
- (D) determinação da existência quantitativa do bem.
- (E) determinação da amostra para fins de inspeção física.

63

A forma e o conteúdo dos papéis de trabalho podem ser afetados pelas seguintes questões, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Forma de elaboração e revisão dos trabalhos.
- (B) Natureza e complexidade da atividade da entidade.
- (C) Natureza e condição dos sistemas contábeis e de controle interno da entidade.
- (D) Direção, supervisão e revisão do trabalho executado pela equipe técnica.
- (E) Metodologia e tecnologia utilizadas no curso dos trabalhos.

64

A respeito da confiabilidade, custódia e propriedade dos papéis de trabalho, a Resolução CFC 1024/05 estabelece que:

- (A) o auditor deve adotar procedimentos apropriados para manter a custódia dos papéis de trabalho pelo prazo de cinco anos, a partir da data de publicação do seu parecer.
- (B) a confidencialidade dos papéis de trabalho é dever do auditor até o término dos trabalhos.
- (C) os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva do auditor, partes ou excertos deles podem, a critério do auditor, ser postos à disposição da entidade.
- (D) os papéis de trabalho quando solicitados por terceiros somente podem ser disponibilizados após autorização formal do auditor.
- (E) as cópias de comunicações com outros auditores, peritos, especialistas e terceiros, somente serão aceitas após autorizadas pela empresa auditada.

65

O procedimento técnico em que o auditor busca obter informações de pessoas ou entidades conhecedoras da transação, dentro e fora da entidade, é denominado:

- (A) inspeção.
- (B) observação.
- (C) investigação e confirmação.
- (D) revisão analítica.
- (E) circularização.

66

Na aplicação dos testes substantivos o auditor deve objetivar às seguintes conclusões, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Competência – se o componente patrimonial está registrado adequadamente.
- (B) Existência – se o componente patrimonial existe na data certa.
- (C) Ocorrência – se a transação de fato ocorreu.
- (D) Abrangência – se todas as transações estão registradas.
- (E) direitos e obrigações – se efetivamente existem na data certa.

67

O procedimento técnico adotado no exame de provisões, depreciações, amortizações e apuração de estoque, é denominado:

- (A) inspeção.
- (B) cálculo.
- (C) observação.
- (D) investigação.
- (E) conciliação.

68

O auditor identificou um fato devidamente comprovado, que envolveria incerteza não adequadamente demonstrada nos balanços ou em notas explicativas.

Nesse caso, o parecer emitido pelo auditor será:

- (A) com abstenção de opinião ou adverso.
- (B) regular com ressalvas ou regular pleno.
- (C) com ressalvas ou adverso.
- (D) irregular ou com ressalvas.
- (E) com opinião negativa ou absoluto.

69

A Constituição do Estado de Pernambuco estabelece que o Controle Externo a cargo da Assembléia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Assinale a alternativa que apresente uma competência do Tribunal de Contas do Estado.

- (A) A apreciação das contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio a ser elaborado em setenta dias a contar do seu recebimento.
- (B) O julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive das fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual, e das contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outras irregularidades de que resulte prejuízo à Fazenda.
- (C) A apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive nas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (D) A realização, por iniciativa exclusiva de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- (E) A fiscalização das contas de empresas de cujo capital o Estado participe de forma direta ou indireta, nos termos de convênio ou de acordo constitutivo autorizado pelo Ministério Público e pelo Governador.

70

De acordo com a Constituição Federal, comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, quanto à eficácia e eficiência, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado é matéria que compete:

- (A) ao Ministério Público de forma integrada com a Advocacia Geral da União.
- (B) ao Sistema de Controle Interno de forma integrada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- (C) ao Tribunal de Contas em auxílio ao Congresso Nacional.
- (D) ao Congresso Nacional com o apoio da Controladoria Geral da União.
- (E) à Secretaria Federal de Controle e a Advocacia Geral da União.

QUESTÕES DISCURSIVAS**1**

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu a obrigatoriedade da elaboração e divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório da Gestão Fiscal.

Comente sobre o relatório da gestão fiscal, como um instrumento de controle da gestão pública destacando, entre outros, os seguintes aspectos.

- I. Os objetivos do relatório da gestão fiscal e o período de sua elaboração.
- II. As autoridades são obrigadas a emitir e assinar o Relatório.
- III. A composição do Relatório.
- IV. A penalidade aplicada ao ente da federação que não cumprir o prazo de divulgação.

2

De acordo com as normas de auditoria, elabore um parecer com ressalvas, conforme dados a seguir:

- I. Ressalva: Não provisionamento de Contingências Trabalhistas no vr. 350.000,00;
- II. Com exceção do não provisionamento as Demonstrações Contábeis encontram-se adequada;
- III. Nome da Empresa auditada: Cia WIF(aberta). Demonstrações Contábeis de 31/12/X8.
- IV. O exercício anterior(X7) a Cia foi auditada por outros auditores que emitiram parecer sem ressalva, em 11/03/X8;
- V. Data da conclusão dos trabalhos em campo: 15/03/X9. Local Rio de Janeiro.
- VI. Escritório de Auditoria: Albert Auditores Independentes- Auditor responsável- Alberto Roberto- Contador- CRC-RJ-0001.

QUESTÃO DISCURSIVA 1
RASCUNHO

QUESTÃO DISCURSIVA 2
RASCUNHO



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS